

GRAUCIELLY MORAES SANTOS

**A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A
SEGURANÇA ALIMENTAR DO HOMEM DO CAMPO: CONCEITOS E
PERSPECTIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca do Curso de Especialização em Educação do Campo da Universidade Federal do Paraná. Como requisito parcial para obtenção do grau de especialista.

Profª Orientadora: **Ione Maria Aschidamini**

MATINHOS

2011

A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR DO HOMEM DO CAMPO: CONCEITOS E PERSPECTIVAS

Graucielly Moraes Santos¹;

Ione Maria Aschidamini².

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo, analisar a segurança alimentar do sujeito do campo através de análises bibliográficas e dentro dessa perspectiva situar o papel da agricultura familiar e compreender alguns conceitos sobre o tema, os quais são de grande importância para o desenvolvimento deste trabalho. A partir de uma reflexão sobre, desenvolvimento sustentável e a relação estabelecida entre o sujeito do campo e o meio ambiente, fundamentando-se na construção de uma sociedade sustentável, privilegiando dentro desse âmbito a produção familiar e a importância desses fatores para a segurança alimentar. Desta forma, analiso e priorizo a essência do conceito de agricultura familiar, adotado ao longo dos anos, identificando os sujeitos, o predomínio do trabalho familiar, os sistemas de produção e o papel fundamental que a agricultura familiar possui e desenvolve na geração de processos voltados para a sustentabilidade e para a segurança alimentar, trazendo consigo outro fator importante dentro desse tema que é a qualidade de vida.

Palavras-chaves: agricultura familiar, desenvolvimento sustentável, segurança alimentar

¹Educanda do Curso de Especialização em Educação do Campo – Projovem Saberes da Terra, Universidade Federal do Paraná - Litoral, e-mail: graumoraes@yahoo.com.br

² Educador Orientador, UFPR Setor Litoral.

1- INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como foco de partida a importância que a agricultura familiar desenvolve para que se efetivem outros conceitos e práticas que fazem parte da sua consolidação, no que se refere ao homem do campo. Meios estes que têm como objetivo a permanência do homem no campo, estando desenvolvendo a agricultura familiar dentro dos processos de desenvolvimento sustentável e tendo assim uma qualidade de vida assegurada dentro dos seus meios de produção, com práticas voltadas para a produção familiar, não para as formas de produção convencionais.

Analizando o papel da agricultura familiar para o desenvolvimento da segurança alimentar do sujeito do campo, sistematizando algumas das principais questões sobre o tema, enfatizando os aspectos de acesso da disponibilidade e ressaltando a importância da qualidade de vida e dos meios de produção desenvolvidos dentro da agricultura familiar.

Este trabalho está dividido em três partes, a primeira trás discussões sobre a agricultura familiar e os meios de produção desenvolvidos dentro desse contexto, compreendendo as mudanças ocorridas ao longo dos tempos e os conceitos utilizados por vários autores, no que se refere aos termos, agricultura familiar e agricultor, dentro dos conceitos analisados ao decorrer do contexto histórico brasileiro. Utilizo autores como, Maria de Nazareth Baudel Wanderley(1996), que trás suas contribuições a respeito da agricultura familiar, onde a autora enfatiza que, o conceito de agricultura familiar, é entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Na segunda parte deste trabalho analiso o conceito de segurança alimentar, não podemos falar de agricultura familiar e desenvolvimento sustentável sem falar em segurança alimentar do sujeito do campo, tendo como referência , Maluf (2001) e Ignacy Sachs (2002) que contribuem no conceito de segurança alimentar e desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto serão analisados vários conceitos e perspectivas, os debates estabelecidos sobre esses temas e que trazem como foco o sujeito do campo e a sua permanência no campo³. As ideias aqui trabalhadas e debatidas têm como objetivo levantar pontos pra aprofundar as discussões acerca da importância da agricultura familiar, da segurança alimentar e da relação homem natureza. Ideias estas que enriquecem este trabalho e que suas análises estarão na última parte contribuindo para as considerações finais a respeito do que foi discutido e analisado.

É de grande importância discutirmos e entendermos as possibilidades da agricultura sustentável e da segurança alimentar, ou seja, trata-se de estudar os espaços da agricultura familiar no segmento da produção sustentável, visando a segurança alimentar e o meio rural como um lugar privilegiado de um sistema de produção diferente dos sistemas produtivos convencionais.⁴

2- AGRICULTURA FAMILIAR E PRODUÇÃO FAMILIAR: ANÁLISE DE ALGUNS CONCEITOS

As discussões sobre a agricultura familiar, hoje se tornaram presentes em todos os debates referentes ao meio rural e ao homem do campo. Mas agricultura familiar, não é propriamente um termo novo, já se tornou motivo de debate no Brasil há alguns anos atrás. Segundo Nazareth (2001);

“a agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuída

³ Entendemos o campo não apenas como um lugar geográfico distinto da cidade, mas como a extensão donde se dá a territorialização do exercício de um modo de vida de relativa autonomia diante da sociedade global (conforme Wanderley, 1996), modo de vida baseado numa forte teia de relações pessoais.

⁴ Sistemas convencionais de produção devem ser entendidos, neste texto, como aqueles em regime de exploração sob o paradigma da Revolução Verde, onde o emprego de sementes geneticamente manipuladas para o aumento da produtividade é associado ao uso maciço de agroquímicos. Esse pacote tecnológico, enquanto um conjunto ordenado de técnicas, é considerado hegemônico, embora em países como o Brasil, não tenha atingido a totalidade das regiões e dos agricultores.

nos últimos anos, no Brasil assume ares de novidade e renovação”(p.21).

Não é um tema atual, mas que trás consigo debates e reflexões sobre seu objetivo e o seu verdadeiro significado frente às novas formas de produção que surgiram no decorrer dos anos e que de certa forma entram em conflitos com os temas aqui debatidos, já que a agricultura e o meio rural brasileiro passaram por profundas transformações, tanto no contexto social, como também uma nova percepção desse sujeito. Com essas transformações que ocorreram e que estão ocorrendo podemos notar os ares de renovação e de novidade dentro do conceito de agricultura, sendo que, a agricultura familiar se faz presente hoje em quase todos os debates ligados ao homem do campo, buscando trazer para o homem do campo a importância do desenvolvimento da mesma e a importância de uma produção sustentável.

Percebemos essas mudanças dentro da agricultura familiar quando nos referimos aos termos utilizados, pequena produção, pequeno agricultor e ainda se utilizava o termo camponês, termos esses que passaram por transformações, principalmente na região sul do Brasil, na década de 70, quando elementos característicos da pequena agricultura e do pequeno agricultor foram sendo trocados e substituídos por novas práticas de produção.

Wanderley (2001) contribui no conceito de agricultura familiar, que segundo a autora é;

“o ponto de partida é o conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente” (p.21).

No entanto, esta categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais. Como afirma Hugues Lamarche (1993, p.14), “a

agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma, toda a diversidade”.

Essas transformações ocorreram de acordo com as mudanças no contexto histórico e social do sujeito. Resultado de um longo e lento processo que acarretaram mudanças nas formas de produção, nos meios de produção, nas técnicas desenvolvidas, dos recursos utilizados e também mudanças nos termos utilizados para identificar o homem que morava e tirava seu sustento do campo. Foi a partir dos anos 90 que o termo agricultura familiar começou a ser utilizado mais amplamente. Muitas terminologias foram empregadas historicamente para se referir ao mesmo sujeito: o camponês, pequeno produtor, lavrador, agricultor de subsistência, agricultor familiar. A substituição desses faz parte, à própria evolução do contexto social e às transformações sofridas por esta categoria, mas é resultado também de novas percepções sobre o mesmo sujeito social.

Mudanças providas de estudos e de interesses em relação ao homem do campo, que de certa forma teve influência nessas transformações já citadas acima e enfatizadas pelos autores. Podemos perceber que os novos conceitos voltados para a questão homem do campo e agricultura familiar têm enfoque direto no que se refere ao desenvolvimento de uma agricultura voltada totalmente para uma prática saudável e que além de pensar na saúde do homem do campo, é voltada também para a questão da preservação da natureza, mantendo uma relação harmoniosa entre o homem e o meio em que ele vive e desenvolve sua prática sustentável.

Temos aqui as contribuições de Veiga, tanto a agricultura como a produção familiar tendem a ser cada vez mais influenciadas por um conjunto de pressões que emanam de seu relacionamento com o meio ambiente (1996, p.388). Para o autor quem determina o ritmo desse processo é a dinâmica social.

Veiga ainda ressalta, fica cada vez mais claro que, neste aspecto são imensas as vantagens comparativas da agricultura familiar, pois sua principal característica é a diversificação (1996, p.395).

No decorrer dos anos mostrou-se muito interesse pela agricultura familiar no Brasil, o que se materializou em políticas públicas⁵, focando a agricultura familiar, que além de produzir alimentos saudáveis, favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais adequadas e equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos químicos e garante também a segurança alimentar do sujeito do campo e a sua sobrevivência e permanência no campo.

Sendo assim, o meio rural, sempre visto como fonte de problemas, hoje aparece também como uma solução para os problemas existentes. Sendo foco de debates para soluções voltadas para o interesse mundial, buscando a conservação de meios, que muitas vezes foram excluídos da história e considerados ultrapassados, hoje se tornaram a solução para problemas desenvolvidos ao longo de todos esses anos.

A agricultura familiar é constituída por médios e pequenos agricultores e representa a imensa maioria de produtores rurais no Brasil. Nessa discussão é importante ressaltar também a definição de agricultores familiares, segundo o Manual Operacional do Crédito Rural (PRONAF)⁶ , como sendo os produtores rurais que atendem os seguintes requisitos:

“sejam proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários da Reforma Agrária; residam na propriedade ou local próximo; detenham, sob qualquer forma no máximo 4 (quatro) módulos fiscais de terra, quantificados conforme a legislação em vigor; no mínimo 80% (oitenta por cento) da renda bruta familiar devem ser provenientes da exploração

⁵ [...] as políticas públicas, inclusive as educacionais, [...] são fruto de uma multiplicidade de forças sociais que , de certa forma variada, explicitam seus interesses, um arco que envolve projetos dos grupos no poder (caso em que podem se transformar em políticas de governo), compromissos e acordos internacionais subscritos por governos anteriores, consensos estabelecidos com base no debate educacional (que podem se transformar em políticas de Estado), passando pela capacidade de pressão de diferentes setores sociais organizados, portadores de expectativas específicas, como também da percepção política e do grau de interferência da própria tecnoburocracia. (OLIVEIRA,2006,p.7,citado em Carvalho,2008).

⁶ PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. (Disponível em <http://WWW.portal.mda.gov.br/portal/saf/programa/pronaf>. Acessado dia 10/08/2011)

agropecuária do estabelecimento ; a base da exploração do estabelecimento deve ser familiar”.

Segundo a Legislação Brasileira Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

“esta lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo simultaneamente aos seguintes requisitos: não detenha qualquer título, área maior que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; dirija seu estabelecimento com sua família”.(Disponível em:http://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/Lei/L11326.).

Sendo assim a maioria das definições sobre a agricultura familiar, está diretamente ligada com os seguintes aspectos: mão-de-obra utilizada; tamanho da propriedade; na direção dos trabalhos e na renda gerada nessa atividade agrícola; a família em todas as citações tem um papel em comum, ao mesmo tempo em que a família é proprietária dos meios de produção, ela assume também o trabalho em seu estabelecimento.

Podemos identificar o papel fundamental da família dentro do desenvolvimento da agricultura familiar, identificar também dentro desse mesmo ambiente a existência de diversos tipos de produtores, que se diferenciam por suas condições socioeconômicas, por suas tomadas de decisão e principalmente pela maneira com que empregam suas práticas agrícolas, a identidade do sujeito do campo é construída por eles mesmos. Mesmo que se compreendam os sistemas de cultivo, criação e transformação, isoladamente, a atividade agrícola é bastante complexa, por combinar os diferentes recursos à disposição do agricultor com um diversificado conjunto de práticas agrícolas. Esses sistemas produtivos diversificados e práticas agrícolas são normalmente mais compatíveis com a lógica da grande maioria dos agricultores familiares. Nessa lógica, a diversidade de

culturas⁷ num sistema produtivo permite o melhor aproveitamento dos recursos naturais disponíveis. E dentro dessa perspectiva a agricultura familiar desenvolve, em geral, sistemas complexos de produção combinando várias culturas, criação de animais e transformações primárias, tanto para o consumo da família, como para o mercado. Podemos perceber que a agricultura familiar desenvolve sistemas de produção complexos, desenvolvendo várias culturas e trabalhando de acordo com os recursos naturais oferecidos levando em conta a preservação do meio ambiente.

Segundo Souza, Michelotti e Costa apud Cadernos Pedagógicos ProJovem Campo;

“também na preservação, a importância da agricultura familiar é bastante significativa. Os recursos naturais em geral são percebidos pelas famílias como parte de seu patrimônio social, tendo controle sobre seu processo produtivo e convivendo de forma menos agressiva com os ecossistemas naturais” (2008, p.140)

Ainda ressaltam que;

“além dos aspectos ligados à produção, a cultura, a tradição e a identidade são outras contribuições importantes da agricultura familiar ao desenvolvimento [...] Por tudo isso a agricultura familiar é reconhecida como importante categoria social, responsável por parte significativa das dinâmicas rurais e de grande relevância na articulação rural-urbana, especialmente em municípios de pequeno porte. Isso significa dizer que o componente cultural do modo de vida rural, em especial da agricultura familiar, tem ganhado relevância na busca de um novo modelo de desenvolvimento” (Souza, Michelotti e Costa apud Cadernos Pedagógicos ProJovem Campo, 2008,p.141).

A agricultura familiar está relacionada com a multifuncionalidade que além de produzir alimentos e matérias-primas, gera mais de 80% da ocupação no setor rural e favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético. Além disso, a agricultura familiar está associada à dimensão espacial do desenvolvimento por permitir uma distribuição

⁷ Entende-se por cultura o ato de cultivar, que se refere ao cultivo da terra para a produção de espécies vegetais úteis ao consumo do homem. Diversidade de culturas, são os vários produtos cultivados.

populacional mais equilibrada no território, em relação à agricultura patronal, normalmente associada à monocultura.

Segundo Abramovay (1992), distingue a agricultura familiar da agricultura patronal. Define;

“a primeira como uma unidade de produção que conta apenas com o trabalho familiar ou com uma quantidade de trabalho assalariado que, em média, não ultrapassa a contribuição da própria família, e a segunda, aquela em que os membros da família não executam nenhuma atividade diretamente ligada ao processo de trabalho ou o executam, mas numa proporção menor que a oferecida pela mão-de-obra contratada” (p.142-143).

A produção familiar, dada as suas características de diversificação/integração de atividades vegetais e animais, e por trabalhar em menores escalas, pode representar o lócus ideal ao desenvolvimento de uma agricultura ambientalmente sustentável.

3-DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SEGURANÇA ALIMENTAR

Não podemos falar em agricultura familiar sem ressaltar também o desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar, que representa um conceito bastante abrangente, enfatizando os aspectos do acesso, da disponibilidade e ressaltando a importância da qualidade, valorizando os hábitos alimentares adequados, sendo que este se desenvolve em conjunto com a agricultura familiar e com as formas de produção desenvolvidas dentro desse contexto.

O século XX testemunha uma exploração dos recursos naturais mundiais sem precedentes, com o objetivo de alimentar a atividade econômica, o que repercutiu sobre a deterioração física dos grandes componentes da biosfera.⁸ O

⁸ Biosfera significa “esfera da vida”, ou seja, onde existe vida. É justamente na biosfera que acontecem as interações entre os seres vivos e esses com os elementos naturais em diferentes lugares do mundo. A biosfera é o agrupamento de todos os elementos naturais que favorecem e dão condições para a manutenção da vida no planeta. Disponível em <http://www.mundoeducação.uol.com.br/geografia>. Acessado em 10/08/2011.

reconhecimento da extensão e da intensidade da crise ambiental começou a gestar uma nova mentalidade em que a biosfera passou a ser percebida como espaço comum para todos seus habitantes.

O tema ambiental deixou de ser visto como problema restrito ao meio técnico-científico, temas relativos ao meio ambiente passaram a ser objeto de preocupação e debate. Modelo que se baseia em novos modos de exploração dos recursos naturais, e de novos critérios de investimento. Mas este modelo de desenvolvimento está em franco processo de formação. A preocupação com os ecossistemas e com a permanência dos recursos naturais não é nova, mas mudanças ocorridas devido ao advento da industrialização, fez com que se repensasse as relações do ser humano com a natureza.

O termo segurança alimentar, segundo os autores Gazolla e Schneider (2004,p.2), no Brasil emergiu tardiamente, sendo incorporado as agendas e debates públicos somente na década de 1980[...] nos anos iniciais este debate ressaltava somente a dimensão da produção agrícola como importante para a segurança alimentar do país, mas teve poucas conseqüências práticas à época. Ou seja, que a insegurança alimentar existia devido à inexistência de produção agrícola suficiente para dar cabo aos problemas alimentares. Assim, a solução seria o aumento da produção agropecuária como forma de superação da fome e da insegurança alimentar.

Já nos anos 90, o debate em torno da segurança alimentar sofre algumas mudanças. Inicia-se uma abordagem da segurança alimentar que levam em conta outros contextos e problemas, como a questão do acesso aos alimentos, a renda e o poder aquisitivo como determinantes do acesso alimentar, a qualidade, as contaminações através de cargas pesadas de agrotóxicos, o debate sobre uma alimentação saudável e equilibrada.

O debate em torno desse conceito sofre algumas mudanças. Observam-se mais uma modificação no conceito de segurança alimentar, incorpora-se as noções

de alimento seguro, de qualidade do alimento, do balanceamento da dieta e das opções culturais.

Esse cenário começou a ser modificado nos últimos anos quando a segurança alimentar é alçada a principal política da área social de governo. O tema segurança alimentar ganha mais importância como política de Estado, o que se concretiza em 2002, com a criação do Ministério Extraordinário de Combate à Fome e a da Segurança Alimentar (MESA)⁰⁹, que é atualmente o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)¹. Destaca-se também o Programa Fome Zero (PFZ)¹⁰ que se coloca como um marco histórico da intervenção do Estado. Esta guinada das políticas de combate à fome e à insegurança alimentar em um dos seus eixos principais de ação, visa o fortalecimento da agricultura familiar, para que está possa assim responder em termos de gerar uma produção de alimentos com intuito de sanar os problemas existentes.

O conceito de segurança alimentar a partir da definição brasileira que foi enviada à Cúpula Mundial de Alimentação de 1996¹¹ a qual é citada por Maluf (2001), essa definição é bastante ampla e completa por trazer em seu corpo conceitual, tanto o princípio do acesso permanente dos indivíduos aos alimentos, a questão das

⁰⁹ MESA, criado em janeiro de 2004, com a missão de promover a inclusão social, a segurança alimentar. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/sobreoministerio>. Acessado dia 10/08/2011.

¹⁰ Programa Fome Zero, é uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável a fome. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/oquee>. Acessado em 11/08/2011.

¹¹ Promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) para a Agricultura e Alimentação (FAO) e pela Organização Mundial da Saúde (WHO), realizada em Roma / Itália, em 1996, no qual o Brasil esteve representado, aprovou uma Declaração e um Plano de Ação, objetivando a combate à fome no mundo. Os países participantes reconheceram o direito de toda pessoa a ter acesso a uma alimentação sadia e nutritiva e assumiram o compromisso de realizar um esforço constante para erradicar a fome em todos os países, tendo como meta principal reduzir à metade o número de pessoas atingidas pela desnutrição até o ano de 2015.

quantidades suficientes e permanentes destes, a esfera da qualidade alimentar e nutricional e das práticas alimentares saudáveis, que são as principais dimensões constitutivas do conceito de segurança alimentar.

De acordo com esta definição:

“[...] segurança alimentar significa garantir, a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo assim, para uma existência digna num contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana” (p.147).

Também se faz de extrema importância, definir o que se entende por desenvolvimento sustentável, o que requer uma premissa inicial, ter clareza que este é um modelo que está em franco processo de formação. É um conceito aberto e em disputa pelos mais variados sujeitos sociais, contudo deve-se partir de um pressuposto, que é as relações ser humano – natureza, isto é ,a natureza tem que ser vista como parte fundamental em relação à utilização de seus recursos.

O desenvolvimento sustentável para Sachs (1993);

“é fruto da constatação de que o planeta inteiro está em perigo, ou seja, uma resposta “natural” a incapacidade de suporte do planeta, frente aos processos de produção e consumo das modernas sociedades capitalistas” (apud Caderno Pedagógico Educadoras e Educadores, 2010,p.38).

Ainda ressalta que,

“na atualidade as importantes dimensões da sustentabilidade, os critérios de sustentabilidade devem tomar em conta as dimensões social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política (nacional), política (internacional)”(citado por Cadernos Pedagógicos Educadoras e Educadores, 2010,p.47)

Para Cavalcanti (1997, p.37), a noção de desenvolvimento sustentável representa uma alternativa ao conceito de crescimento econômico, indicando que, sem a natureza nada pode ser produzido de forma sólida. Daí a importância da relação homem e natureza, sendo que, o campo é visto aqui como um espaço e modo de vida, ou seja, um território onde as dimensões econômicas, políticas, culturais e ambientais são consideradas de forma integrada, compondo a

complexidade do desenvolvimento territorial, que se materializa na sustentabilidade e na soberania alimentar e na utilização de práticas agroecológicas. Aqui, a importância da agricultura familiar, tanto no processo de produção quanto na escolha de tecnologias agroecológicas e no desenvolvimento a partir das condições sociais.

Podemos perceber que os problemas ambientais variam de acordo com a maneira como os agroecossistemas e os insumos produtivos são percebidos e utilizados.

Segundo a Cepagri (2008)¹²:

“para que ocorra um agroecossistema sustentável deve se levar em conta uma série de fatores e processos ecológicos, econômicos e sociais, interagindo entre si (Arl.2008).Desenvolvendo assim a agroecologia , ou seja, processo de produção de alimentos e produtos em conjunto com a natureza, onde os agricultores desenvolvam suas atividades sem agredir o ambiente, tornando-se independentes dos pacotes tecnológicos com seus caros e degradantes insumos industriais, visando não somente as sobras financeiras, mas principalmente qualidade de vida. É a base para o desenvolvimento sustentável nos aspectos sociais, ambientais e econômicos, envolvendo as dimensões políticas, técnicas e culturais em processos educativos e metodologicamente adequados, onde os trabalhadores assumem o protagonismo maior e aumentam seu poder de intervenção na sociedade de forma organizada”.

Este conceito é utilizado para analisar a segurança alimentar gerado através da produção da agricultura familiar. Nesse sentido, pode-se afirmar que, a agricultura familiar está sendo responsável pela geração da segurança alimentar, no que se refere, a propiciar o acesso e a disponibilidade dos alimentos, pela qualidade nutricional e por trabalhar de forma que não venha a prejudicar o meio ambiente, nem os recursos naturais que o mesmo oferece.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹²Centro de Pesquisa Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura, foi criado em novembro de 1983, e desde setembro de 2001, está instalado no prédio da EMBRAPA, no campus da UNICAMP. Disponível em: <http://www.cpa.unicamp.br/ocepagri>.

Dessa maneira para que a agricultura sustentável se materialize é necessário que ocorram mudanças e reformulações estruturais no paradigma de desenvolvimento que existe atualmente. Ainda predominam práticas que afetam o meio ambiente, sejam em decorrência da utilização inadequada das tecnologias, seja em razão dos sistemas de produção.

Para que se desenvolva uma agricultura familiar baseada no desenvolvimento sustentável e com qualidade de vida, é preciso que se recupere e se preserve os recursos naturais, os quais são de crucial importância para o resgate e prevenção, da qualidade ambiental do campo e para a melhoria dos níveis de vida da população do campo.

Devemos reconhecer também que estamos vivendo num período de transição, e que, existe o modelo convencional de agricultura responsável pela alta produtividade, mas também existe o modelo da agricultura familiar que está em expansão. Nesse contexto, cabe ressaltar o papel importante a ser desempenhado pelos agricultores, pelos sujeitos do campo, que fazem parte desse processo de transição. Mostrar que o campo, é um lugar onde se pode trabalhar, tirar o sustento, este com qualidade e assegurando a segurança alimentar do homem do campo, e desenvolvendo uma agricultura que não venha a agredir o meio ambiente, que se desenvolva junto com os recursos naturais utilizados.

Sendo assim a agricultura familiar, constitui-se como elemento mediante o qual se pretende alcançar estratégias para o desenvolvimento sustentável e também da inclusão social. É possível, a partir disso, uma menor agressão ao meio ambiente, a produção de alimentos mais saudáveis e recursos para a auto-sustentação dos produtores, além da independência de produtos e recursos externos. Assim, tanto a diversidade de formas sociais e culturais, como a diversidade ecológica e tecnológica da sua produção, são características da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABROMOVAY,R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**.São Paulo: HUCITEC/UNICAMP , 1992,275p.

Brasil. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização. Cadernos Pedagógicos do ProJovem Campo – Saberes da Terra/ Brasil**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização. – Brasília: MEC/SECAD,2008. V,4: II. – (Caderno pedagógico educandas e educandos).

CAVALCANTI,Clóvis.(Org.)**Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e Políticas Públicas**.São Paulo: Editora Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco,1997.

Desenvolvimento Sustentável e solidário com enfoque territorial : caderno pedagógico educadoras e educadores/ Coordenação: Armênio Bello Schmidth, Sara de Oliveira Silva Lima, Wanessa Zavarese Sechim. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada , Alfabetização e Diversidade,2010.

GAZOLLA, M., SCHNEIDER,S. **O papel da Agricultura Familiar para a Segurança Alimentar: uma análise a partir do Programa Fome Zero no município de Constantina/RS**. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR / UFRGS) no ano de 2004.

LAMARCHE,Hugues. **A agricultura Familiar: comparação internacional**. Tradução: Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP: Editora da Unicamp,1993.

_____ **A Agricultura Familiar: uma realidade multiforme.**
Campinas, Editora da Unicamp, 1993.

MALUF, R. **Caderno 'segurança alimentar'** Disponível
em: <http://www.forumsocialmundial.org.br>. Acesso dia 10/08/2011.

SACHS, Ignacy . **Estratégias de transição para o século XXI.** In: BURSZTYN, M.
(ORG). Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo:
Brasiliense, 1993, p.35-62.

_____ **Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Ideias
sustentáveis.** 4ª Ed. Rio de Janeiro. Garamond, 2002.

SCHNEIDER, S. **Agricultura Familiar e pluratividade.** 1999. 470p. Tese de
Doutorado em Sociologia. UFRGS, Porto Alegre, 1999.

SOUSA, R.P.; MICHELOTTI, F.; COSTA, G.S. **Agricultura Familiar: história,
diversidade e autonomia.** Cadernos Pedagógicos do ProJovem Campo – Saberes
da Terra/ Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada,
Alfabetização. – Brasília: MEC/SECAD, 2008. V.4: II. – (Caderno pedagógico
educandas e educandos).

VEIGA, J.E.; FAVARETO, A.; AZEVEDO, C.M.A.; BITTENCOURT, G.; VECCHIATTIK, K.;
MAGALHÃES, R.; JORGE, R. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de
desenvolvimento.** Brasília: Convênio FIPE- IICA (MDA / CNDRS/NEAD), 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do Campesinato Brasileiro.** In: TEDESCO, João Carlos (Org.) **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas.** 2ª ED. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

Raízes históricas do campesinato brasileiro.
In: TEDESCO (Org.) **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas.** Passo Fundo- RS: UPF, 2001, 405p.